

CONSTITUINTE

Parlamentaristas divergem sobre a emenda ao projeto

por Cecília Pires de Brasília

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique admitiu que não há uma fórmula definitiva para o parlamentarismo que obtenha o apoio unânime dos parlamentaristas. Acredita o deputado, no entanto, que as negociações levarão a um consenso até terça-feira, quando o relator Bernardo Cabral deve apresentar seu novo substitutivo e que a fórmula poderá contemplar todas as correntes, inclusive aquela ligada ao Palácio do Planalto, presidencialista.

O deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos integrantes da comissão de parlamentaristas que estudou uma fórmula capaz de reunir num único texto, as propostas do grupo, afirma que a solução de consenso é a emenda Nelson Carneiro. Egydio afirmou ainda que, em conversa mantida com o relator Bernardo Cabral, este teria garantido a inclusão do texto de Nelson Carneiro em seu substitutivo.

A proposta de Carneiro, no entanto, não tem o apoio unânime dos parlamentaristas. O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que faz parte da mesma comissão, não aceita esta fórmula. "A emenda do senador prevê que o primeiro-ministro possa ser demitido pelo presidente. Ora,

com esta solução, o primeiro-ministro seria um mero funcionário da Presidência. Eu não aceito esta tese", disse o deputado.

Luiz Henrique acha que soluções parlamentaristas que alcancem o consenso serão encontradas, desde que elas não alterem o parlamentarismo em sua essência. "Desde que as funções de chefe de Estado e chefe de governo sejam separadas, o parlamentarismo está garantido. Há dezenas de formas para sua implantação, que poderá ser a partir do 5º ano de mandato do presidente Sarney, ou após o governo Sarney."

Dias quer mudança só em 1994

por Edson Beú de Brasília

Parlamentarismo, sim. Mas só em 1994. Essa é a tese do governador Alvaro Dias, defendida ontem à tarde, logo após manter uma audiência com o presidente José Sarney, a quem entregou um documento intitulado "Acordo do Paraná", firmado entre trabalhadores e empresários do estado.

O governador paranaense considera o parlamentarismo um sistema "mais aprimorado" do que o presidencialismo. No entanto, acha que o País não possui estrutura política e administrativa para mudar de sistema agora, nem mesmo através da proposta gradualista, apresentada por um segmento da Constituinte. Alvaro Dias sugere, então, que a Constituinte aprove o parlamentarismo para funcionar só após o fim do mandato do sucessor do presidente José Sarney. Esse presidente, de acordo com o governador, teria um mandato de quatro anos e assumiria a responsabilidade de preparar o País para o novo sistema. Para viabilizar essa transição, Alvaro Dias recomenda que a Constituinte mantenha o presidencialismo nas disposições transitórias, aprovando o parlamentarismo como preceito constitucional permanente.

O governador tem mais uma justificativa para defender o adiamento do parlamentarismo: "O Brasil, no momento, precisa de decisões ágeis para solucionar seus problemas. E isso só o presidencialismo permite".

Mudanças na arrecadação

por Andrew Greenlees de Brasília

Constituintes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste uniram seu poder de pressão para obter maior destinação de recursos a seus estados na futura Carta. Ontem, representantes deste grupo (que tem cerca de 250 membros) estiveram no Instituto Israel Pinheiro, a 25 km de Brasília, onde se reúnem o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e seus auxiliares. A saída, os deputados mostravam-se otimistas quanto ao acolhimento de suas reivindicações.

A principal consiste em aumentar a participação das três regiões na receita tributária da União (Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados).

O atual anteprojeto de Cabral prevê a destinação de 46% deste total a todos os estados e municípios do País. Além disso, o Norte e Nordeste devem receber, conforme o texto, mais 2% da arrecadação para investimentos. Os constituintes da região, no entanto, querem reforçar a participação extra, passando a 3% e incluindo o Centro-Oeste no

repasso destas verbas complementares.

"Há forte probabilidade de se aprovar o pleito", afirmou ontem o senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB paulista, relator-adjunto. Já o senador Virgílio Távora, do PDS do Ceará e também adjunto, preferia considerá-lo aprovado. Segundo Fernando Henrique Cardoso, resta ainda definir como os 3% serão repartidos entre o Norte, Nordeste e centro-oeste, uma das idéias que surgiu na comissão de relatores foi a de efetuar os repasses via bancos estaduais.

Outra reivindicação dos representantes das três áreas é a regionalização do orçamento federal. Por este princípio — que sofre resistências na comissão — os investimentos seriam estabelecidos de acordo com o tamanho da população das regiões. Segundo cálculos de Virgílio Távora, em dez anos as três regiões responderiam por 30% dos investimentos nacionais.

O grupo pediu ainda garantias para a existência da Zona Franca de Manaus, artigo que já existe no atual anteprojeto. O texto será mantido.

Deputadas querem mudar o sistema de governo

por Cecília Pires de Brasília

Depois de conseguir a adesão de 20 das 25 deputadas eleitas no atual Congresso Constituinte para um documento básico de propostas para a nova Constituição, apresentado na semana passada ao deputado Ulysses Guimarães, a bancada feminina na Câmara está articulando-se para formar uma frente interpartidária de mulheres parlamentares para defender a adoção do parlamentarismo.

A frente do movimento, as deputadas Moema Santiago (PDT-CE) e Ana Maria Rattes (PMDB-RJ) afirmam que a maioria das mulheres na Constituinte é parlamentarista. As deputadas entendem que apesar de representarem um universo que corresponde a 54% da população e 52% do eleitorado, a representação feminina na Constituinte, que constitui apenas 4,9% dos parlamentares eleitos não pode restringir-se à defesa das teses que atendam exclusivamente às mulheres.

No documento apresentado ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e enviado ao

Cabral rejeita criação de novos estados

por Andrew Greenlees de Brasília

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) não incluirá em seu novo anteprojeto — a ser concluído na próxima terça-feira — a criação de novos estados no Brasil. A informação foi prestada ontem por um dos relatores-adjuntos, senador Virgílio Távora, do PDS cearense. Nas fases anteriores da Constituinte, houve propostas de implantação de sete novas unidades territoriais em diversas regiões.

Deverá prevalecer a criação de uma comissão composta por membros do legislativo e do executivo para estudar, no prazo de um ano, possíveis mudanças na divisão territorial brasileira.

Outro relator-adjunto, o senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB de

relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, divulgado ontem pelas deputadas, elas defendem a elaboração de uma Constituição avançada do ponto de vista político e social; reforma agrária com amplo acesso à terra, política urbana voltada para as necessidades da população, maior autonomia dos municípios, legislação específica que resguarde direitos da mulher na área trabalhista e de saúde; repudiam o quadro de carência que atinge 36 milhões de menores brasileiros, pedem o fim da violação dos direitos humanos da população carcerária, salários iguais e dignos para homens e mulheres, normas jurídicas rígidas para punir violência contra as mulheres.

No documento, as parlamentares ainda protestam contra o substitutivo do relator Bernardo Cabral que, "embora consubstanciando avanços", afirmam que demonstrou insuficiência em seu conteúdo, o que prejudicou as reivindicações das mulheres brasileiras. O manifesto foi assinado por deputadas de todos os partidos, do PDS ao PC do B.

São Paulo, apresentou proposta no sentido de que a Constituição seja dividida em duas partes: a primeira, tratando de temas especificamente constitucionais e a segunda, classificada de disposições complementares. Um exemplo: o concurso público para preenchimento de vagas no governo seria obrigatório e definido na primeira divisão. O mecanismo de realização do concurso ficaria para a segunda.

Para se modificar dispositivos constitucionais, seriam necessários votos de dois terços dos congressistas, enquanto as disposições complementares poderiam ser alteradas por maioria absoluta (metade mais um). O relator Bernardo Cabral — que já considerou anteriormente propostas neste sentido — "reagiu bem" à idéia, segundo relato de Fernando Henrique.

MEMÓRIA

Aeronáutica afasta hipótese de avião ter explodido no ar

por Rita Medeiros de Brasília

As investigações técnicas sobre as causas do acidente com o HS-212J na Serra dos Carajás foram iniciadas ontem pela manhã e dentro dos próximos dez dias deverá ser divulgado pelo Ministério da Aeronáutica o primeiro boletim preliminar da Comissão de Investigações de Acidentes Aeronáuticos (CIAA).

O Ministério da Aeronáutica descartou, ontem, definitivamente a possibilidade de o avião, que deveria trazer a Brasília o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, e sua comitiva, ter explodido no ar. Segundo a nota oficial, o avião perdeu altitude momentos depois de ter decolado da pista do aeroporto de Carajás, explodindo contra o solo. Antes da colisão, o aparelho chegou a bater com a asa direita em uma árvore.

O resgate das vítimas ocorreu por volta das 15 horas, tendo sido removidas do local do acidente para o hospital da Companhia Vale do Rio Doce, onde os corpos foram identificados. As equipes chegaram ao ponto exato da colisão às 10h30, embora as operações de busca tivessem começado durante a madrugada.

O resultado final das investigações deverá ficar pronto somente dentro de um mês, segundo o chefe de comunicação social do Ministério da Aeronáutica, coronel Edne Oliveira Assolinsque, pois o trabalho de apuração exige uma reconstituição completa do acidente que pode ter sua origem por falha material, humana ou em condições adversas de atmosfera. O



Marcos Freire

ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, resolveu convidar o fabricante do HS, a British Aerospace, subsidiária da Hawker Siddeley, para fazer parte da equipe de investigação, que é constituída também de técnicos da Aeronáutica e de legistas.

A queda do avião ocorreu a uma distância de 500 a 800 metros da cabeceira da pista de Carajás, de extensão calculada em 2 mil metros. O acidente ocorreu exatamente às 19h09, conforme corrigiu ontem o Ministério da Aeronáutica, e não às 18 horas como havia sido noticiado em nota oficial na última terça-feira. O último contato do avião com o aeroporto de Belém, que controla as operações de tráfego aéreo da região, foi feito exatamente às 19h08, momento em que o piloto, coronel Wellington Rezende, avisou que "iniciava o procedimento de decolagem", segundo apurou o repórter Carlo Iberê. Junto à torre de controle, às 19h08, o HS recebeu autorização para "taxiar".

Constituintes lamentam morte de Marcos Freire

por Zanoni Antunes de Brasília

Durante todo o dia de ontem, na Assembléia Constituinte, o assunto predominante foi o acidente que vitimou toda a cúpula da reforma agrária. No plenário e nos corredores do Congresso todos comentavam o fim trágico do ex-senador e ministro Marcos Freire, cujo corpo foi velado durante toda a noite no Salão Negro do Congresso, devendo ser levado hoje de manhã para Recife, onde será sepultado. O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, lembrou que a convocação da Constituinte foi uma bandeira defendida por Marcos Freire durante duas décadas.

"Agora que ela está desfraldada no mastro do Congresso Nacional, a Constituinte deve arriá-la em funeral, em respeito e reconhecimento a seu crente, seu soldado e seu guia", disse emocionado Ulysses Guimarães. A mensagem do presidente José Sarney, expressando o reconhecimento da Nação ao ministro e aos seus assessores, também chegou ao Congresso. Nela, o presidente afirma que seu exemplo frutificará "na continuidade da grande causa pela reforma agrária no Brasil".

Em nome do PDS, o deputado Bonifácio de Andrada enalteceu o engajamento de Marcos Freire pelo restabelecimento das instituições democráticas no País. Ademir Andrade, deputado pelo PMDB do Pará, ao lamentar a morte do ministro Marcos Freire, acusou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, de não ter dado atenção a 1,5 mil trabalhadores rurais do sul do Pará que foram a Condição do Araguaia, na semana passada, discutir a violência contra os posseis-

ros. Para o deputado e ex-ministro Fernando Lyra (PE), Marcos Freire "estava tirando água de pedra ao fazer o povo acreditar que desta vez a reforma agrária era para valer e que sua obstinação sirva de exemplo para o governo".

O deputado José Genoíno, em nome do Partido dos Trabalhadores, ressaltou as qualidades do ministro da Reforma Agrária, lembrando o seu caminho de luta e resistência contra a ditadura militar e em defesa dos direitos humanos. Pelo PDT, o constituinte Roberto D'Ávila (RJ) manifestou a esperança de que a morte de Marcos Freire traga a todos os constituintes momentos de profunda reflexão sobre os destinos do País.

O presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, endereçou ontem um telegrama ao presidente José Sarney pedindo providências do governo para apurar o acidente.

O telegrama da Contag concluiu afirmando que a explosão do avião em que viajavam o ministro e sua equipe "deu-se numa das regiões de maiores conflitos pela posse da terra. Cabe ao governo brasileiro, portanto, tranquilizar a sociedade brasileira, não permitindo que parem quaisquer dúvidas sobre as verdadeiras causas dessa tragédia que é mais um golpe contra as aspirações de milhões de trabalhadores rurais que querem ver implantada, neste país, uma verdadeira reforma agrária".

O presidente José Sarney decretou ontem luto oficial por três dias e designou o ministro da Agricultura, Iris Resende, para responder interinamente pelo Mirad.